

JACIANE OLIVEIRA CAMPOS ROCHA
LEILA FERNANDA GALDINO DE SOUZA
RENATA SANTANA DO NASCIMENTO OBERMULLER

PAIF: VIVÊNCIAS EM GRUPO

VITÓRIA
2018

PAIF: VIVÊNCIAS EM GRUPO

Apresentação

O Centro de Referência de Assistência Social – Cras é “uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (Suas) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios” (Brasil, 2009, p. 09). No município de Vitória existem 12 territórios de (Cras) espalhados pela cidade, nosso recorte será o Cras Edelson Alves Baptista que fica localizado no Bairro Itararé que atende os bairros São Benedito, Da Penha e Itararé, totalizando 16.305 habitantes (Censo 2010). De acordo com os dados do Cadastro Único, este equipamento possui 661 (seiscentos e sessenta e um) pessoas idosas e 887 (oitocentos e oitenta e sete) pessoas que declaram ter algum tipo de deficiência, sendo o 2º maior Cras com este perfil e o maior em atendimento a famílias em extrema pobreza, sendo este 1.347 (mil trezentos e quarenta e sete).

Justificativa

No Art. 2º da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (1993) têm por objetivo em seu inciso I “a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos [...]” assim, nossa prática se consolida através de atendimentos particularizados e coletivos, que viabiliza o acesso à pessoa com deficiência aos seus direitos.

De acordo com Brasil (2012) o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS desenvolve o trabalho social com famílias através do Serviço de Atendimento Integral a Família – PAIF de forma a prevenir a ocorrência de situações de risco social, baseando sua atuação em ações planejadas, com caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais.

Através do PAIF identificamos uma grande demanda de atendimento às pessoas que se declaram com deficiência, solicitando orientação sobre o Benefício de Prestação Continuada – BPC, visto suas vulnerabilidades e impossibilidades ao trabalho. Percebemos nesse público a necessidade de serem orientados e acompanhados em suas demandas, visto a baixa escolaridade, dificuldade de

compreensão e as diversas negativas do INSS a solicitação do benefício, além das limitações de acesso a saúde especializada, bem como a concessão do laudo médico.

Objetivos

- Promover o acesso ao Benefício de Prestação Continuada – BPC;
- Possibilitar vivências que fortalece os vínculos familiares e comunitários;
- Viabilizar o acesso a informações sobre direitos sociais e promoção da cidadania;
- Vivenciar trocas experiências que potencializam sua autonomia.

Metodologia

O Cras é a porta de entrada dos serviços socioassistenciais, assim iniciamos nossos atendimentos realizando uma acolhida com as pessoas que buscam orientação e atendimento. É válido mencionar que a recepção do serviço configurasse o primeiro contato com o Paif, no entanto, somente com um técnico de nível superior o munícipe tem acesso à escuta “qualificada”. No município de Vitória é diferenciada a equipe que desenvolve algumas ações do Paif, tendo 2 frentes de atendimento: Atendimento Social e Acompanhamento Familiar. A frente de Atendimento Social realiza as primeiras orientações e a acolhida dessa família. Neste Cras realizamos uma acolhida em grupo, de forma a alcançar o maior número de munícipes acerca das informações sobre o SUAS, Paif, benefícios socioassistenciais e de transferência de renda. A partir desse atendimento em grupo, identificado as demandas de informações sobre o BPC, as técnicas em atendimento particularizado, orientam e atendem as famílias para acesso ao Cadastro único e ao requerimento para o BPC.

Após esses atendimentos as técnicas analisam além dos aspectos socioeconômicos, também a subjetividade, convivência familiar e comunitária, bem como a dificuldade de compreensão dos procedimentos necessários para acesso ao BPC. Sendo que, a partir desse entendimento é realizado o encaminhamento de algumas famílias para inserção no acompanhamento familiar.

O acompanhamento familiar trata-se de um processo de caráter continuado e planejado, com uma duração determinada, onde se desenvolve ações de enfrentamento das vulnerabilidades da família, suas demandas e potencialidades. (BRASIL, 2012, p. 57). Assim, realizamos um conjunto de intervenções a partir de compromissos entre famílias e profissionais, com a construção de um plano de acompanhamento familiar que estabelecem objetivos a serem

alcançados, sendo um instrumento de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das ações.

Particularmente nesse serviço, com dados do Plano Municipal usando as informações do cadastro único, a equipe analisou a necessidade um acompanhamento as famílias requerentes do BPC que declaram viver em extrema pobreza, visto as diversas vulnerabilidades enfrentadas. Ao planejar as intervenções possíveis para serem realizadas, foi se configurando um acompanhamento em grupo, por entender que as demandas possuem características similares. De acordo com Brasil (2012, p. 64) o processo de acompanhamento familiar em grupo refere-se a um processo de compartilhamento de experiências entre os participantes, de reflexão sobre a realidade, de acesso à informação sobre direitos, de apoio à família em sua função protetiva de construção de projetos de vida que possibilitem ampliação dos direitos sociais.

Nossa intervenção com as famílias iniciou-se com uma busca ativa de aproximadamente 30 famílias, com o objetivo de convidá-las para participar de uma ação do Paif em grupo, onde seria repassado informações sobre o BPC e sobre o acompanhamento familiar. Após esse encontro, 13 famílias aceitaram o acompanhamento e foram inseridas no acompanhamento em grupo por 06 meses, de junho a dezembro de 2017. Segue abaixo os relatos dos mesmos.

1ª Encontro: Iniciamos com dinâmica de grupo de apresentação. Foi apresentado aos munícipes o conceito do BPC: O que é? Quem tem direito? Como requerer? Atendimento no INSS; Como proceder quando o benefício for indeferido e onde recorrer? No decorrer da explanação, foram surgindo questionamentos sobre os critérios de requerimento, sendo esclarecidas as dúvidas. Ao final, perguntamos as famílias se gostariam de ser acompanhadas por esse serviço, e unanimemente concordaram.

2ª Encontro: Demos início com a apresentação de um vídeo, que retrata sobre a importância da união e da força do trabalho em grupo, abrindo uma roda de conversa. Nesse encontro explicamos o que é acompanhamento familiar em grupo e como será o processo. Neste dia os munícipes compartilharam um pouco de suas experiências.

3ª Encontro: Abordamos nesse dia a construção do PAF coletivo, utilizando cartazes e pincel atômico para registrar as falas dos munícipes acerca de cada tema do PAF: documentação; educação; saúde; convivência familiar e comunitária; habitação; segurança alimentar; lazer; vida e dignidade e justiça. Diante dos relatos, a equipe junto com as famílias evidenciava as vulnerabilidades e as potencialidades do grupo, e as possíveis intervenções pertinentes.

4ª Encontro: Neste dia foi utilizada uma dinâmica com a finalidade dos participantes refletirem acerca de seu posicionamento em diferentes situações vivenciadas. Em seguida, Apresentamos dois vídeos, sendo que, o primeiro retratava a violência intrafamiliar contra a pessoa idosa, e no segundo as relações afetivas e comunitárias na terceira idade. Nesta oportunidade, dialogamos sobre os diversos tipos de violência, sobre os serviços de proteção, canais de denúncia. Também, enfatizamos sobre a importância da convivência comunitária e do lazer como formas de melhoria na qualidade vida.

5ª Encontro: Nesta ocasião, foi realizada atividade externa, onde visitamos o Centro de Referência da Pessoa com Deficiência – CRPD em Maria Ortiz – Vitória. Em seguida, fomos ao Centro de Convivência da Terceira Idade – CCTI em Jardim da Penha – Vitória. O objetivo do passeio foi apresentar os serviços gratuitos de fortalecimento de vínculos e convivência dentro do nosso município, visando despertar a participação dos munícipes.

6ª Encontro: Para este momento, convidamos uma Assistente Social que presta serviço para Justiça Federal, para esclarecer questões sobre o procedimento do recurso nesta instituição, visto que, a maioria dos integrantes desse grupo já solicitou o benefício no INSS e alguns pedidos foram indeferidos. Por meio de uma roda de conversa os munícipes perguntavam a cerca do processo de requerimento e a profissional sanava as dúvidas.

7ª Encontro: Neste último encontro de 2017, finalizamos com um almoço oferecido aos munícipes acompanhados e seus familiares.

Vale ressaltar, que os encontros eram mensais, com duração aproximada de 2 horas, as famílias já saíam com a data do próximo grupo agendada em sua carteirinha de acompanhamento que contém o nome do técnico de referência da família. Foi ofertado lanche em todos os encontros. Apesar de o acompanhamento ser em grupo, as famílias, sempre que desejavam eram atendidas individualmente, para garantia do sigilo de algumas informações, solicitação de benefícios e encaminhamentos.

Resultados alcançados e metas definidas e quantificadas através de indicadores

Avaliamos a partir da realização dos encontros em grupo, atendimento individual, e dos relatos dos munícipes, que o acompanhamento familiar em grupo possibilitou aos participantes acesso a informações sobre direitos sociais e serviços na rede socioassistencial e intersetoriais. Foi possível promover um espaço de escuta e compartilhamento de vivências e histórias de vida, e

reflexão sobre as posturas, frente aos desafios do cotidiano e atitudes mecânicas, despertando em cada intervenção o fortalecimento da autonomia e cidadania, mesmo expostas a múltiplas desigualdades. Foram discutidos temas que reforçam a função protetiva da família, e a importância dos vínculos familiares e comunitários na promoção do bem-estar biopsicossocial. É importante frisar que essa avaliação compõe característica subjetiva, pois não se trata de um resultado quantitativo, mas sim de um processo dinâmico experienciado por cada indivíduo.

A equipe executora dessas ações do Paif foi: 01 (uma) assistente social e 03 (três) psicólogas, sendo uma da frente de atendimento social. Para realização do acompanhamento foi necessário a utilização de materiais didáticos como: datashow, computador, caixa de som, cartolinas, pincéis atômicos, canetinhas, canetas, papel A4. Quanto aos passeios foi solicitado 1 (uma) van para deslocamento das famílias e dos trabalhadores. Destacamos a parceria com dois serviços de convivência e fortalecimento de vínculos do município, a Justiça Federal e com a unidade de saúde de Itararé na utilização do espaço físico para realização dos encontros.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações técnicas sobre o PAIF: trabalho social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. Vol. 2. Brasília: MDS, 2012.

BRASIL. Lei Orgânica de Assistência Social: Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Brasília: Senado Federal, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

Registro fotográfico:

